

BEIJO-LHE RESPEITOSAMENTE O ANEL: SOCIABILIDADE INTELLECTUAL ENTRE AS ELITES ECLESIAÍSTICA E CIVIL EM SANTA CATARINA (1930-1950)

Divino Flávio de Souza Nascimento *

RESUMO: O artigo analisa a epistolografia de Dom Joaquim Domingos de Oliveira, especificamente, as correspondências enviadas e recebidas da elite política catarinense e de intelectuais da Ação Católica Nacional. Associa, em seguida, todas essas situações aos diversos fatores que estavam em jogo no campo educacional em Santa Catarina. São analisados ofícios, memorandos, cartas pessoais e institucionais. Destacam-se três aspectos: a sociabilidade intelectual do Bispo, as articulações pastorais, e as disputas no âmbito das representações e da demarcação das disputas políticas sobre a implementação dos projetos educacionais em Santa Catarina (1930-1950).

Palavras-chave: Epistolografia, Ação Católica, Educação.

ABSTRACT: The article analyses the letters of D. Joaquim Domingues de Oliveira, specifically, the mailings sent and received from the political from the catarinense's high political society and intellectuals of Catholic Action. I then put all these situations to the various factors that were at stake in the educational issues in Santa Catarina. They are analysed as some memos, letters personal and institutional. There are three aspects: sociability intellectual of Bishop, the pastoral joints and disputes within the framework of representations and demarcation of the disputes policies on the implementation of educational projects in Santa Catarina (1930 - 1950).

Keywords: Epistolograph, Catholic action, education.

Em 1951, por iniciativa dos estudantes de Filosofia e dos diretores dos Seminários de Azambuja, em Santa Catarina, e de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, foi escrita uma densa poliantéia conjunta em homenagem ao Revmo. Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Na ocasião, a homenagem tinha como finalidade descrever a trajetória do Bispo, assim como, todas as iniciativas pastorais de sua administração à frente da Igreja Católica catarinense, além de ressaltar a importância de alguns homens públicos da elite política local e as concepções alinhadas ao projeto católico romanizado, adaptado às necessidades locais de Santa Catarina e do Brasil.

* Graduado em História, mestrando em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista do CNPq.

Afonso Paulo Guimarães ao apresentar o excerto introdutório em que relata as contundentes ameaças pelas quais passara a Igreja nos séculos XIX e XX, enxergara na figura pública e combativa de Dom Joaquim a qualidade de ator principal de uma peça de vários atos encenada em um palco ateu, cujo cenário ao fundo, relegara a um segundo plano e como paisagem sem foco, as realidades ontológicas, dando vazão a um primeiro plano conturbado e repleto de convulsões de ordem filosófica, política e econômicas.

Definiam-se os episódios ora demarcado pelo descortinar do tempo secular composto por diatribes, avanços e retrocessos, ora pela esperança hodierna de suplantar o que se denotou como sendo o século de fazedores da mentalidade moderna, o século do socialismo científico e o século da burguesia benevolente que trocou Deus por uma imanência pura, dando ao homem subjetivado¹ mais valor do que a Deus (DESTRO et al, 1951:11).

Exatamente trinta e sete anos separavam essas constatações e elucubrações literárias da posse do apostolado de Dom Joaquim, ocorrida em 1914. Até chegar ao posto máximo da Igreja catarinense, o processo de formação do Bispo, desde antes da ordenação como padre, concretizada em 1901, foi caracterizado por uma conjuntura de modificações fundamentais na relação entre a Igreja e o Estado, entre a cúpula dirigente constituída por meio dos altos postos de comando da prelazia e o povo.

Os problemas institucionais que a República demandou a Igreja catarinense tiveram que, guardadas as devidas proporções e direcionamentos, ser vivenciados intensamente pelos católicos, sendo que as estratégias de ação pastoral de Dom Joaquim se estenderam à reestruturação dos procedimentos de formação dos seminários e da construção de Azambuja, às reformas infra-estruturais da Igreja Metropolitana de Florianópolis e à militância católica nas esferas municipal, estadual e federal em defesa de uma escola pública que açambarcasse, de modo diferenciado e diferenciador, todos os segmentos da sociedade catarinense e florianopolitana.

Não havia mais como ficar acima dos problemas terrenos, a parte dos processos políticos e sociais do país. Época de decisões e de alinhamentos hierárquicos no modo de conceber a organização interna sob preceitos de coesão e unilateralidade das decisões; tempo também de se reorganizar a liderança católica na proximidade política com a elite local.

¹ Há um debate elucidador na obra de Jacques Le Goff sobre a relação entre a economia e a religião na Idade Média que inaugura o que ele chama de: “o início da modernidade psicológica”, que veio transformar os hábitos mentais e os comportamentos. Assim, ocorrera a introspecção que fez com que, ao pensar na penitência ou na experiência de um penitente, a pessoa tivesse que interrogar a sua conduta e suas intenções, conformadas a um exame de consciência que permitisse uma triagem acerca da gravidade de seus pecados (LE GOFF, 2007:15).

Salvaguardadas as atribuições típicas da imagem pública, no caso, da prelazia em relação à condução local dos assuntos internos e organizacionais da Diocese, todo o empreendimento requereu, de toda a composição eclesiástica, um fôlego mais apurado ao tratar das questões que envolviam as diretrizes pastorais e sua consecução junto aos intelectuais, aos órgãos políticos e às personalidades que atuavam em diversas áreas de formação da opinião pública.

Essa diretriz pastoral levou Dom Joaquim a uma sociabilidade intelectual e política bem definida. Levava-o a versar a favor de diversos assuntos relacionados ao posicionamento da Igreja diante das transformações explícitas e implícitas da política republicana. Resultou dessas investidas uma intensa circulação de informações, solicitações, reivindicações que ora se caracterizavam por ações normativas específicas sobre assuntos institucionais importantes que demarcavam o lugar ocupado e a extensão possível do campo de atuação política dos agentes e simpatizantes de sua gestão eclesiástica, ora na forma de estratégias de poder que se aproximava a um empreendimento de construção do mundo em que, humanamente produzido, pudesse atingir o caráter de realidade objetiva (BERGER, 1985:22).²

O processo argumentativo empreendido em ofícios, memorandos e cartas pessoais do bispo ao buscar o consenso³ sem deformações externas, evitando a violência ou a dissensão no âmbito da disputa política; firmava-se, também, no propósito de reduzir, sobretudo, as possibilidades internas do conteúdo discursivo que pudesse tender à falsa consciência por meio da relação nem sempre harmoniosa entre o argumento e o contra-argumento (ROUANET, 2004:14), ou pela má-interpretação casual ou intencional na recepção das missivas enviadas ou recebidas. Criou-se uma autêntica disposição epistolar em que o controle da circulação da informação coincidia com as tramas muito bem conduzidas por suas reivindicações, harmonizando o conteúdo das cartas ao ponto de evitar o “constrangimento das normas e a liberdade da escrita” (GOMES, 2004:119).

² Berger propõe que essa modalidade de conceituação seja vista como um exercício de teoria sociológica, visando aplicar uma perspectiva teórica geral derivada da sociologia do conhecimento ao fenômeno da religião. Não lida com as verdades ou a ilusão final das proposições religiosas sobre o mundo; também não há na análise que o autor apresenta, nenhuma teologia implícita ou explícita, sendo que o seu modo de entender tal fenômeno não se reduz a discussão sobre a relação entre sociologia e filosofia. Do mesmo modo, não é uma Sociologia da Religião, ao contrário é uma tentativa, em suas palavras, de ‘levar à derradeira consequência sociológica uma compreensão da religião como produto histórico’. A discussão se divide em duas partes: uma sistemática (exercício teórico para compreender as situações socioculturais específicas) e outra histórica (lida com o modo como ocorre a secularização moderna) em que projeta a sociedade humana a partir da visão de que a mesma se constitui como ‘um empreendimento de construção do mundo’, no qual, a religião ocupa papel de destaque.

³ Rouanet ao criticar o irracionalismo foucaultiano e aprofundar a proposta de Jürgen Habermas (a racionalidade comunicativa) insiste na proposição de que serão racionais não as proposições que correspondem à verdade objetiva, mas aquelas que foram validadas num processo argumentativo em que o consenso foi alcançado (ROUANET, 2004: 14).

O contexto político, no qual, circularam essas cartas, foi marcado por disputas e estratégias de posicionamento institucional em diversas áreas de atuação da Igreja Católica e, portanto, de argumentos hierarquicamente construídos sob o crivo da autoridade e da tradição. Sob as orientações da autoridade máxima da Igreja, uma vez suplantados os obstáculos locais, deveria prevalecer toda a ação que possibilitasse a primazia dos imperativos da Igreja sobre o Estado (OLIVEIRA, 1990:160).

De acordo com essa perspectiva, a sociedade deveria ser organizada, senão completamente pelo Direito Canônico, de natureza divina, ao menos reinaria com a devida prioridade, a autoridade da Igreja Católica na figura central do Papa, dos Arcebispos e dos Bispos, respeitando assim a hierarquização dos postos de atuação interna no seio da igreja e, externa, no que tange ao *status quo* da autoridade religiosa em relação ao Estado, seguindo a lógica organizacional eclesiástica alinhada com as diretrizes e as orientações da Igreja de Roma baseadas no pensamento Ultramontano.

Como linha de orientação de seu apostolado constava como exigência superior a expansão organizacional da Igreja e a aproximação com o poder local, missão comum a todas as administrações episcopais que atuavam no Brasil nessa época. Sérgio Miceli aprofunda essa questão ao indicar que

entre 1890 e 1930 surgiram 56 novas dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas, para as quais foram designadas, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos, cabendo respectivamente, ao conjunto dos estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados no reparte de circunscrições e prelados (MICELI, 1988:59).

As exigências acertadas com o que Miceli chama de estadualização do poder eclesiástico (MICELI, 1988:59) se estendem a uma grande frente de prioridades regionais.

No Nordeste, por exemplo, a cúpula da Igreja local apelara para uma política de ajustamento daqueles que de certo modo se professavam católicos, mas tendiam a participar de movimentos religiosos que contrariava os interesses episcopais. Outras situações serviram como base para a expansão da influência da Igreja nos rincões mais distantes. É o caso das cidades ponta de trilhos, destinadas a consolidar os laços entre os comerciantes, as oligarquias regionais e a ação pastoral da Igreja (MICELI, 1988:60).

Assim, para cada estado seguiu-se um modelo de implementação político-religiosa para as Dioceses que dispunham de “estratégias diferenciadas conforme o peso político e a contribuição econômica de cada unidade federativa para a manutenção do pacto oligárquico” (MICELI, 1988:67). Houve, por exemplo, a tentativa de recatolização do povo em Minas

Gerais que se mostrou de modo peculiar, concernente ao processo de aproximação entre elite e igreja. A consolidação dessa política de expansão tivera como lógica comum, recrutar os seus componentes dentro da própria oligarquia local, destacando-se a origem da maioria dos representantes eclesiásticos pelas diversas regiões do Brasil (MICELI, 1988:74).

Em Santa Catarina, fazendo referência à tese de Elio Cantalício Serpa (1997), houve uma mudança no campo ideológico-religioso e social com a aplicação de critérios de europeização e de branqueamento da população; na cultura, o processo de modernização da vida pública e privada permitiu que por meio das camadas médias da população e das elites dirigentes fossem suplantados os atrasos e as credices populares por meio de um clero centrado nos valores cristãos romanizados. Assim, o projeto conservador da igreja implicava em uma aproximação da Igreja com a classe média. Pretendia-se levar a elite à racionalização da vida exigida pela modernização mediante o processo civilizatório alardeado pela imprensa local ao tentar reformular o imaginário e as representações, as condutas ético-morais e as sociabilidades com a criação de novas associações no seio da Igreja e o combate às utopias milenaristas caboclas. Almejava-se, todavia, o reordenamento político-administrativo das elites locais, além de uma visibilidade maior às novas modalidades capital-trabalho, a resolução dos desdobramentos da guerra do Contestado (1912-1916), assim como dos posicionamentos oligárquicos locais advindos da Revolução Federalista (1893).

Em uma mensagem de 1915 do governador Felipe Schmidt ao congresso representativo do Estado de Santa Catarina, citada por Claricia Otto (2006), é possível perceber um ano após a posse de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, o que se poderia chamar de um primeiro ensaio de uma linha de orientação que perpassou a República velha (1889-1930) e não se esgotou no governo Vargas. O zelo dos republicanos em relação à manutenção dos estabelecimentos oficiais consistia na regulamentação dos parâmetros de atuação das escolas paroquiais. Essas indisposições político-didáticas ou aquelas que incidiam sobre a organização curricular não impediram que uma aliança, gradativamente, fosse sendo tecida entre a elite católica catarinense e a elite civil, ampliada através das gestões republicanas posteriores:

A objeção de Dom Joaquim com relação à atitude dos padres, atitude essa contrária à fundação de escolas públicas, permite observar a intensificação da aliança entre a elite católica catarinense e a elite civil. Essa aliança torna-se ainda mais explícita em 1919, quando a Secretaria do Interior e Justiça permite o ensino religioso também nas escolas públicas [...]. Nessa perspectiva, a educação dos fiéis seria promovida pelos próceres do Estado do Estado de Santa Catarina e da Igreja Diocesana. Conjuntamente, Igreja e Estado constituiriam, por meio das escolas, sujeitos que contribuiriam para a ordem social do país (SOUZA, 2008:109).

Os temas legislativos sobre a educação e a família propiciaram a aproximação entre o Bispo e alguns representantes políticos que defendiam o “projeto de civilidade” em Santa Catarina que consistia em dimensionar o Brasil numa perspectiva de progresso, ao buscar o moderno, o patriótico com uma vinculação mais forte com a cultura cristã (SOUZA, 2008:78). Esse esforço consistia no compromisso de formar as crianças, os jovens, os índios, os estrangeiros, ou seja, toda a sociedade. Evitava-se assim qualquer possibilidade de existência de elementos que viessem se apresentar como uma “alteridade anômala” (SOUZA, 2008:80).

Nesse sentido, remontar a sociabilidade intelectual de Dom Joaquim acerca do tema da educação implica ligá-lo a diversos fios que o conduz ao encontro de diversas personalidades políticas e intelectuais em Santa Catarina. Nereu Ramos é sem dúvida, dentre todos os líderes políticos da região, aquele que mais se empenhou a favor dos pleitos católicos e das questões cruciais das estratégias eclesiásticas, mesmo considerando as acusações em 1953 de Ramos ser um alto membro da maçonaria, por parte do revmo. monsenhor Arruda Câmara – Deputado da Câmara Federal e representante dos católicos.

A relação entre Nereu Ramos e Dom Joaquim, registrada em cartas, data nos registros epistolares da Cúria Metropolitana (arquivo Histórico da arquidiocese) em sua parte mais escassa na década de 1920, ocasião em que as causas advocatícias ou as sondagens legais sobre assuntos de propriedade privada e sobre o inquilinato da Igreja eram tratados pelo escritório Nereu Ramos Advogados. Essa relação não se limitou à Santa Catarina, estendendo-se ao Rio de Janeiro, principalmente nos anos em que conseguira a cadeira parlamentar na capital federal quando atuara como constituinte em 1932.

Nas décadas seguintes o número de correspondências aumenta tanto em volume quanto em relação aos apelos políticos e nas estratégias de atuação na Bancada Liberal ou na interventoria do Estado de Santa Catarina. Em carta de 02 de abril de 1934 endereçada ao arcebispo Joaquim, Nereu Ramos ao apresentar o relatório do processo parlamentar de regulação do casamento civil, anuncia que o preceito referente ao ensino religioso triunfou na comissão dos 26, nos termos que a República divulgou. Ao terminar essa correspondência, menciona que seria um risco enorme o reconhecimento da idoneidade pessoal do ministro da religião ao critério de uma autoridade do interior que agiria de modo meramente político ou sectário. Em outras palavras, os assuntos da igreja deveriam ser administrados por representantes eclesiásticos ou pelos seus enviados locais. Assuntos de toda ordem, sobretudo a educação, o casamento civil, a assistência religiosa às forças armadas e, posteriormente, a questão de aprovação de leis como a do divórcio e dos filhos não legítimos, compunham-se

como determinações de ambas as partes, guardadas cada uma o limite de sua atuação e representação institucionais.

Em um telegrama postado em 16 de julho de 1934, há uma congratulação ao Bispo e a todos os representantes catarinenses envolvidos na luta política em torno da nova constituição, acusando a promulgação da nova carta constitucional que consagrara como justas e legítimas as aspirações católicas. Uma missa foi realizada a favor de todos os envolvidos nessa labuta parlamentar. As conquistas da Igreja por meio dessas ações políticas específicas evidenciam a proximidade entre a igreja e o parlamento, sendo que se constitui um assunto menos estudado, já que boa parte dos estudiosos dispensa maior atenção na relação entre Igreja e Estado, representado exclusivamente pelo poder executivo.

A presente pesquisa busca alcançar de modo comparativo as duas faces que a experiência, culturalmente construída, apresenta ao pesquisador. A primeira a do documento formal composto a um propósito de comunicação institucional e, uma outra, o que se pode perceber como auto-representação na circulação das cartas, naquilo que resiste a enquadramentos e a adjetivações generalizantes (GOMES, 2004:139).

Muito além de uma história política ou institucional, priorizam-se as diferenças entre as experiências de cada um desses agentes históricos com o intuito de saber como “resistiam às pressões sociais, políticas ou culturais” (BURKE, 1992:31). Essa disposição teórica ajudaria a repensar alguns procedimentos metodológicos como apontado por Giovanni Lévi:

A liberdade de escolha das pessoas comuns, suas estratégias, sua capacidade de explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos, para encontrar brechas através das quais possam se introduzir ou frestas em que consigam sobreviver (Apud BURKE, 1992:32).

Mesmo não sendo pessoas comuns, pois, exerciam cargos e funções de suma relevância social para a época, considero o exercício de circulação epistolar como um fazer e um agir que não se limita aos parâmetros da formalidade burocrática. Assim, os bastidores que as cartas criam possibilita explorar as inconsistências e as incoerências de um sistema fechado de representação. Brechas e frestas, nesse caso, devem ser vistas como campos de atuação intelectual, sendo que para além do peso do anel episcopal, prevalece a leveza da pena ou o martelar das letras que modelam tanto quanto a parafina ou o barro basilar que nos faz iguais na desigualdade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGER, Peter L. O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.
- BURKE, Peter (org). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- DESTRO, Albino. D. Joaquim Domingues de Oliveira, manuscrito dos alunos de Filosofia do Seminário de Azambuja e São Leopoldo, 1951.
- GOMES, Ângela de Castro (org). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- LE GOFF, Jacques. A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MICELI, Sérgio. A elite eclesiástica brasileira. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PASTA 106 (DIVERSOS POLÍTICOS) Cartas de Nereu Ramos - arquivo da Diocese de Florianópolis, Cúria Metropolitana de Florianópolis
- ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do iluminismo. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- SOUZA, Rogério Luiz de; Clarícia Otto (orgs). Faces do Catolicismo. Florianópolis: Editora Insular, 2008.